



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Patriota Malta

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0319657-4**

**COMARCA:** 02ª VARA DA COMARCA DE ARARIPINA - PE  
**EMBARGANTE:** BANCO VOTORANTIM S/A  
**EMBARGADAS:** ARARIPE TEXTIL S/A ARTESA E OUTROS  
**RELATOR:** DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDIDAS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO QUE JUSTIFIQUE A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0319657-4**, em que figuram como embargante **BANCO VOTORANTIM S/A** e como **ARARIPE TEXTIL S/A ARTESA E OUTROS**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam o seguinte: "**Por unanimidade de votos foram rejeitados os embargos**". Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 03 de julho de 2014.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
6ª CÂMARA CÍVEL  
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0319657-4**

**COMARCA:** 02ª VARA DA COMARCA DE ARARIPINA – PE  
**EMBARGANTE:** BANCO VOTORANTIM S/A  
**EMBARGADAS:** ARARIPE TEXTIL S/A ARTESA E OUTROS  
**RELATOR:** DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**RELATÓRIO**

**BANCO VOTORANTIM S/A**, regularmente qualificado e representado, opõe os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS DE PREQUESTIONAMENTO, acerca do teor do art. 53 da Lei 11.101/2005, com fundamento no art. 535 do CPC, em razão de Acórdão proferido por esta Colenda 6ª Câmara Cível.

Em suas razões, sustenta o EMBARGANTE: (a) que acolher a determinação de devolução sem que sejam incluídos no quadro geral de credores é contrário ao princípio da equidade; (b) que, ao reconhecer o regime da cessão fiduciária, determinando, porém, o depósito da quantia em juízo, cria-se figura inexistente no ordenamento jurídico; (c) que o art. 53 da Lei 11.101/2005 prescreve que competirá ao Plano de Recuperação Judicial os meios de recuperação de empresa; (d) que a decisão restou omissa, porquanto, o EMBARGANTE reclamou a não submissão dos seus créditos, estando a impugnação pendente de julgamento no 1º grau.

É o que se impõe relatar.

Recife, 27 de maio de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
6ª CÂMARA CÍVEL  
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0319657-4**

**COMARCA:** 02ª VARA DA COMARCA DE ARARIPINA - PE  
**EMBARGANTE:** BANCO VOTORANTIM S/A  
**EMBARGADAS:** ARARIPE TEXTIL S/A ARTESA E OUTROS  
**RELATOR:** DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**VOTO RELATOR**

Nada a sanear no Acórdão embargado, não passando os presentes embargos de tentativa de suscitar artigos legais não citados expressamente pela decisão atacada, tão somente, com fins de prequestionamento, mais precisamente acerca do teor do art. 53 da Lei 11.101/2005.

É oportuno salientar que se reconheceu a não submissão dos créditos, devidamente registrados em cartório, devendo, todavia, se depositar os valores em juízo, na forma consignada pelo magistrado *a quo*, isto é, sendo a liquidação do crédito garantido por cessão fiduciária sindicada pelo Juízo da Recuperação Judicial, tendo em vista, acima de tudo, o princípio da preservação da empresa.

As questões postas na lide foram devidamente examinadas e decididas, não havendo obscuridade, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela EMBARGANTE.

Assim, reexaminando os pontos inquinados de omisso, releio o acórdão embargado e observo que a matéria foi amplamente dissecada e debatida em todos os seus aspectos.

Vale asseverar que cabe ao julgador apreciar a lide de acordo com o seu livre convencimento, fundamentando sua decisão, não estando obrigado a analisar todos os pontos suscitados pelas partes.

Assim, como acima exposto, não havendo nada a aclarar, suprir ou declarar,  
**VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

É como voto.

— Recife, 27/05/2014.